

ASSESSORIA JURÍDICA

Boletim nº 003/2018

Data: 1º/02/2018

Legislação: Resolução 025/2017 TCE/PE - Prestação de Contas dos Gestores da Administração Municipal direta e indireta

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA E PRAZOS PARA A ELABORAÇÃO E ENVIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017 (CONTAS DE GESTÃO)

Assim como os Chefes do Poder Executivo Municipal, os respectivos gestores devem estar atentos a cada início de exercício financeiro sobre a composição de suas Prestações de Contas Anuais de Gestão, denominada também de **Contas de Gestão**.

As normas e exigências estabelecidas na Resolução e em seus Anexos referem-se à composição das prestações de contas anuais de gestão do exercício de 2017 e aplicam-se **aos gestores dos órgãos e entidades integrantes das administrações direta e indireta municipais, compreendidos os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, as Empresas Públicas**, as Sociedades de Economia Mista e os Consórcios Públicos.

O § 3º do artigo 1º da Res. TC 025/2017 determina que o Gestor responsável por unidade jurisdicionada municipal prestará contas, **ainda que esta tenha sido extinta durante o exercício de 2017**.

O artigo 2º em seu § 3º também instrui que as prestações de contas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e consórcios públicos, deverão ser encaminhadas individualmente, contendo a documentação exigida nos Anexos V a IX, respectivamente.

Já o § 4º do mesmo artigo orienta que **as prestações de contas dos regimes previdenciários próprios municipais deverão ser encaminhadas individualmente, independentemente da natureza jurídica adotada, contendo a documentação exigida no Anexo X**.

Os prazos para envio das prestações de contas estão definidos no artigo 5º da Resolução TC 025/2017, onde fixou que as prestações de contas anuais **dos gestores dos órgãos e das entidades das Administrações Direta e Indireta Municipais** deverão ser apresentadas ao TCE/PE até o dia **31 de março de 2018** e para as **Empresas Públicas** e as Sociedades de Economia Mista prestarão contas até **15 de maio de 2018**.



ATENÇÃO!!

Deverão ainda ser alimentadas diretamente no sistema e-TCEPE as seguintes informações:

I – dados dos ordenadores de despesa, do titular do órgão ou entidade e de diretores e responsáveis por atos de gestão; e

II – dados do contador, devidamente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade, responsável pela elaboração das demonstrações contábeis.

► Nos casos de inexistência de quaisquer informações ou documentos obrigatórios, a autoridade competente deverá apresentar declaração negativa, devidamente justificada, e assinada digitalmente, nos termos do artigo 20 da Resolução TC nº 11, de 08 de outubro de 2014.

Anexo Boletim 003/2018

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	Órgão Responsável pela Coleta da Informação
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas.	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
3	Declaração informando os fundos municipais consolidados nos demonstrativos da Prefeitura.	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
4	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício.	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
5	Balanço Orçamentário de cada fundo municipal (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício.	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
6	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
7	Balanço Financeiro de cada fundo municipal (Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	(*) Secretaria Municipal da Fazenda

8	Balço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente em 2017, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
9	Balço Patrimonial de cada fundo municipal (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
10	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
11	Demonstração das Variações Patrimoniais de cada fundo municipal (Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
12	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelo constante no anexo XXIII), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
13	Demonstração dos Fluxos de Caixa de cada Fundo Municipal (Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelo constante no anexo XXIII), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
14	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
15	Demonstração da Dívida Fundada de cada fundo municipal (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
16	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
17	Demonstração da Dívida Flutuante de cada fundo municipal (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	(*) Secretaria Municipal da Fazenda

18	Comparativo da Receita Orçada com a arrecadada de cada fundo municipal (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
19	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64. (1)	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
20	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada de cada fundo municipal (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64. (1)	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
21	Demonstração da despesa realizada de cada fundo municipal, segundo a sua natureza (1).	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
22	Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos (1).	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
23	Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas de cada fundo municipal, conforme o vínculo com os respectivos recursos (1).	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
24	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão.	Controladoria Geral do Município
25	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	(*) Controladoria Geral do Município
26	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
27	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
28	Demonstrativo de despesas com eventos comemorativos de carnaval, festas religiosas, emancipação política, São João, São Pedro, micareta, cavalgada, natal, <i>réveillon</i> e outras tradições culturais realizadas pela prefeitura ou com sua contrapartida, correspondente ao Anexo XVII desta Resolução.	(*) Secretaria Municipal da Fazenda
29	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.	Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão
30	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão
31	Cópias das Atas de registro de preços vigentes no exercício e Atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Prefeitura, das quais resultaram em despesas no exercício.	Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão
32	Relação dos contratos de gestão firmados no exercício, destacando: nome da Organização Social (OS) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada contrato, além de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados (2,3), nos termos do §1º do art. 3º da Resolução TC Nº 20/05, de 21 de setembro de 2005.	Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão
33	Relação dos termos de parceria firmados no exercício, destacando: nome da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada termo de parceria, além da documentação exigida no art. 3º, § 2º, da Resolução TC Nº 20/05, de 21 de setembro de 2005 (2,3).	Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão
34	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.	Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão

35	<p>Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações:</p> <p>a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos;</p> <p>b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso;</p> <p>c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento;</p> <p>d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado;</p> <p>e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público;</p> <p>f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente;</p> <p>g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.</p>	Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão
36	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XV desta Resolução.	Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão
37	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão
38	Demonstrativo de recolhimento referente às contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social de cada fundo municipal, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão
39	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão
40	Demonstrativo de recolhimento referente às contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social de cada fundo municipal, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Secretaria da Fazenda/Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social
41	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Secretaria da Fazenda/Secretaria de Infraestrutura
42	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução.	Controladoria Geral do Município/Secretarias Municipais

(*) Todos os órgãos Municipais devem estar atentos ao comando da Secretaria Municipal da Fazenda para fornecer informações que subsidiem a elaboração do referido item.